

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020



Torres Vedras
Câmara Municipal

Adoção pela primeira vez do SNC-AP

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as disposições existentes no normativo acima referido, nomeadamente no que se refere às Normas de Contabilidade Pública, com exceção da NCP 27 - Contabilidade de Gestão, a qual ainda não se encontra totalmente implementada.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste primeiro ano de adoção do SNC-AP, as quais enumeramos de seguida:

- (a) Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;
- (b) Reconciliação do património líquido a 31/12/2019 relatado de acordo com o POCAL, com o património líquido a 01/01/2020 relatado de acordo com o SNC-AP;
- (c) Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período;
- (d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP;
- (e) Distinção, nas reconciliações das alíneas b) e c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL;

Para dar resposta a estas divulgações, elaborou-se o seguinte mapa, cujos valores estão apresentados em Euros:

[illegible]

[illegible]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Algumas considerações:

» **Reconhecimentos:**

- Estimativa dos valores por cobrar em 2020, e respeitantes a 2019, de IMI e Contribuição Autárquica, na rubrica “Outras contas a receber” (€16.313.261,45);

- Registo na rubrica “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos” dos valores de apoios financeiros a pagar em anos seguintes sustentados por deliberações camarárias (€1.536.049,99).

» **Desreconhecimentos:**

Foi desreconhecido o montante de €301.961,62 correspondente aos seguintes ativos tangíveis, uma vez que o Município não detém o controlo sobre os mesmos:

- > Silhares de azulejos do Claustro do Convento da Graça em Torres Vedras (conservação e restauro - €51 838,52);
- > Cobertura da Igreja de São Pedro (€111.664,09);
- > Rotunda na EN8, no Casal do Arrepiado (€138.459,01).

» **Outros:**

- Anulação, na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” e “Excedentes de revalorização”, do valor que correspondia às reservas de reavaliação de terrenos contabilizadas nos anos de 2015 e 2016, para efeitos de elegibilidade em candidaturas QREN-Mais Centro, e reportadas aos terrenos subjacentes às Escolas do barro, Campelos, Dois Portos e Ventosa (€337.769,68);

- Ajustamentos de transição concernentes à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas participações financeiras do Município nas entidades em que detém controlo ou influência significativa, nomeadamente Promotorres, SEFO e CAERO (€489.526,63).

» **Reclassificações:**

- Reclassificaram-se bens anteriormente classificados como “Ativos fixos tangíveis” (“Imobilizações corpóreas”, em POCAL), no montante total de €982.038,24, para a conta de “Ativos fixos intangíveis” (€951.791,14) e para a conta de “Propriedades de investimento” (€30.247,10). Os primeiros reportam-se essencialmente a softwares informáticos; os segundos reportam-se a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Município de Torres Vedras

NIF: 502173653

Natureza: Autarquia Local

Endereço: Avenida 5 de Outubro
2560-270 Torres Vedras

Telefone: 261310400

Endereço de correio eletrónico: geral@cm-tvedras.pt

Sítio na internet: www.cm-tvedras.pt

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Regime Jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Serviços Municipalizados: Sim

Participações em entidades societárias:

DENOMINAÇÃO SOCIAL (da participada)	Sede	N.P.C.	CAE (rev.II)	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	
					VALOR	%
1 CAERO-Centro de Apoio ao Empresário, Lda.	Torres Vedras	503678384	74140	100.000,00 €	20.000,00 €	20,00%
2 PROMOTORRES E.M.	Torres Vedras	503941565	92620	250.000,00 €	250.000,00 €	100,00%
3 SEFO-Soc.Educação e Formação Oeste, Lda.	Torres Vedras	503005843	80421	42.398,00 €	12.470,00 €	29,41%
4 Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Lisboa	514387130	37002	113.527.680,00 €	711.623,00 €	0,63%
5 Águas do Vale do Tejo, S.A.	Guarda	513606130	37002	83.759.578,00 €	2.584.932,00 €	3,09%

Descrição sumária das atividades:

O Município de Torres Vedras, nos termos da Constituição da República Portuguesa, é uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população respetiva. As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, são reguladas por leis próprias, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

Sucintamente, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação social;
- i) Habitação;
- j) Proteção civil;
- l) Ambiente e saneamento básico;
- m) Defesa do consumidor;
- n) Promoção do desenvolvimento;
- o) Ordenamento do território e urbanismo;
- p) Polícia municipal;
- q) Cooperação externa.

Número de trabalhadores a 31/12/2020: 1060

Estrutura organizacional efetiva:

» Estrutura política:

Câmara Municipal		Assembleia Municipal
Funções	Executivas (art.º 6º, 32º e 33º RJAL)	Deliberativas e de Fiscalização (art.º 6º, 24º e 25º do RJAL)
N.º Membros	9	40
Constituição	1 Presidente + 8 Vereadores	27 eleitos diretamente + 13 Presidentes de Juntas de Freguesia
Partidos	6 PS + 3 PPD/PSD.CDS-PP	25 PS + 11 PPD/PSD.CDS-PP + 2 CDU + 1 BE + 1 TNL

> Identificação dos membros do Órgão Executivo:

Presidente:

Carlos Manuel Antunes Bernardes

Vereadores:

Laura Maria Jesus Rodrigues (Vice-Presidente)

Bruno Miguel Félix Ferreira

Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Cláudia Sofia Horta Ferreira

Marco Henriques

Maria João Pinho Ribeiro

Luís Filipe Barbosa Aniceto



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

» Estrutura administrativa:

> A **estrutura nuclear** é composta por um Departamento que corresponde a uma unidade orgânica de carácter permanente, dirigida por um Diretor de Departamento (DD), titular de um cargo de direção intermédia de 1.º grau, com funções de âmbito operativo e instrumental, constituindo fundamentalmente uma unidade orgânica de planeamento estratégico e assessoria.

> A **estrutura flexível** corresponde a uma componente variável da organização que visa a adaptação permanente dos serviços às necessidades e à otimização dos recursos e é composta por:

a) Divisões — unidades orgânicas de carácter temporário, dirigidas por um chefe de divisão (CD) titular de um cargo de direção intermédia de 2.º grau, compreendendo competências de âmbito operativo e instrumental, integradas numa mesma área funcional;

b) Unidades — unidades orgânicas de carácter temporário, dirigidas por um responsável de unidade (RU), titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, com funções de natureza técnica, de apoio ao departamento em que se integram;

c) Secções — subunidades orgânicas chefiadas por um coordenador técnico (CT), titular de um cargo de chefia, com funções de apoio administrativo à divisão em que se integram;

d) Áreas — estruturas de apoio técnico à divisão ou unidade em que se integram que desenvolvem atividades de carácter técnico ou operacional, coordenadas e orientadas por um trabalhador designado pelo presidente da câmara como responsável de área (RA), que prestará os contributos adequados e necessários à avaliação do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores que as integram;

e) Equipas de Projeto — unidades orgânicas temporárias, coordenadas por um trabalhador designado pela câmara municipal como coordenador de projeto (CP), integradas por outros trabalhadores a elas afetos a tempo parcial ou total, que executam projetos de duração limitada e requerem conhecimentos de diversas áreas técnico-científicas.

A atual organização dos serviços municipais foi aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28 de abril de 2014 e publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 95, de 19 de maio de 2014 (Despacho n.º 6554). Teve uma alteração mais significativa em 2017, publicada na 2.ª série do Diário



da República n.º 206, de 25 de outubro de 2017. As restantes alterações situaram -se no plano da criação, alteração ou extinção de “Áreas”, por despacho do Presidente da Câmara, conforme consta do n.º 5 do artigo 3.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) publicado em 2014, que foram incorporadas na alteração agora preconizada.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, através do qual se aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira da posição financeira, do seu desempenho e das suas alterações.

No que se refere a derrogações de disposições do SNC-AP, será de se referir:

» A não aplicação, na sua totalidade, do Classificador Complementar 2 enquanto referência na determinação da vida útil dos bens, na medida em que não foram atualizadas as vidas úteis dos edifícios e das outras construções. A Comissão de Normalização Contabilística veio também explicitar que caso a nova vida útil para um determinado ativo seja inferior à preconizada pelo anterior Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), as depreciações acumuladas desse ativo, à data do balanço de abertura em SNC-AP, deviam ser incrementadas no sentido de reconhecer o montante que resulta do período já decorrido face à nova vida útil. Este procedimento também se encontra em falta.

» A NCP 27 - Contabilidade de Gestão ainda não se encontra implementada na sua totalidade o que impossibilita o apuramento de custos e a sua divulgação de acordo com a norma referida.

O Município de Torres Vedras adotou o procedimento consignado no manual de implementação, o qual refere que as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar o mesmo de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes.

No entanto, e tal como exposto no quadro das páginas 3 e 4 do presente documento, o Município de Torres Vedras, aplicou o referencial contabilístico aos saldos reportados a 31 de dezembro de 2019, tendo efetuado a sua reclassificação para o novo plano de contas, sendo por este motivo necessário prestar especial atenção à comparabilidade da informação financeira.

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o que consta no quadro seguinte (valores em Euros):



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Descrição Conta	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	7 577,03	22 002,53
Depósitos bancários à Ordem		
CGD - Conta nº 003508220000009923021	45 849,26	67 217,17
BCP - Conta nº 003300000000873048605	2 375,60	3 912,54
CCAMTV - Conta nº 534053400107416400317	484,99	558,79
BBVA - Conta nº 001900310020001681763	868,37	2 464,95
Montepio - Conta nº 003601559910008666109	10 318,61	10 395,75
Santander - Conta nº 001800005042252202004	1 406 512,83	1 529 831,48
Santander - Conta nº 001820040029463302060	566 994,81	281 235,94
Banco BPI - Conta nº 001000000212810200017	1 701 384,64	383 552,47
Novo Banco - Conta nº 000702010033878001865	2 041 942,39	942 323,01
Bankinter - Conta nº 026904680020325207462	306,06	1 152,17
Depósitos a prazo		
Montepio - Conta nº 003601559915009832752 (3 Meses)	500 000,00	500 000,00
Montepio - Conta nº 003601559915009833528 (6 Meses)	500 000,00	500 000,00
Depósitos consignados		
CGD - Conta nº 003508220004269943122 (Candidaturas)	91 062,11	113 626,92
CGD - Conta nº 003508220004269813045 (Op.Tesouraria)	62 901,96	23 353,04
Santander - Conta nº 001800005294034902087 (Candidaturas)	38 995,04	362 604,65
Santander - Conta nº 001800032904592902082 (Candidaturas)	301 306,85	167 562,97
Novo Banco - Conta nº 000700000063807123923 (Candidaturas)	38 871,82	21 190,41
Depósitos de garantias e cauções		
CGD - Conta nº 003508220000168213053 (Garantias e Cauções)	44 562,90	3 365,62
Total	7 362 315,27	4 936 350,41

2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As bases de mensuração seguidas na preparação das demonstrações financeiras nos principais agregados são as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado pelo seu custo.

O custo inclui:

- Preço de compra, que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;

- Os custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado da maneira pretendida, tais como custos de benefícios de empregados, custos de preparação do local, custos de entrega e manuseamento, custos de instalação e montagem, custos para testar o funcionamento adequado do ativo, honorários profissionais

- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e de remoção do bem e da restauração do local em que está localizado.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é



efetuada como se segue:

- » Bens Imóveis: valor patrimonial tributário (VPT);
- » Outros ativos tangíveis: custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se a transação com contraprestação não tiver substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Se ambos puderem ser fiavelmente mensurados, é utilizado o justo valor do ativo cedido para mensurar o custo do ativo recebido (a menos que o justo valor do ativo recebido seja claramente mais evidente).

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo por base as taxas de depreciação previstas no Classificador Complementar 2 (CC2), parte integrante do SNC-AP.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Os terrenos e edifícios são contabilizados separadamente, mesmo se adquiridos em conjunto.

Sempre que existam indícios de imparidade, é testado o ativo.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Um ativo fixo tangível é desreconhecido na data de alienação ou quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo seu custo (os custos de transação são incluídos nesta mensuração inicial).



O custo de aquisição de uma propriedade investimento compreende o seu preço de compra e quaisquer dispêndios que lhe sejam diretamente atribuíveis. Estes dispêndios incluem, por exemplo, honorários profissionais por serviços legais, impostos de transferência da propriedade e outros custos de transação.

Caso uma propriedade de investimento seja adquirida através de uma transação sem contraprestação, o seu custo é mensurado pelo seu justo valor à data da aquisição.

Nos casos de aquisição de propriedades de investimento por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários e não monetários, o seu custo é mensurado ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Se o ativo adquirido não for mensurado ao justo valor, o seu custo é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No que se refere à mensuração após reconhecimento, foi adotado o modelo do custo, tal como consta do parágrafo 60 da NCP 8. Ou seja, após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos intangíveis

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo (ou justo valor se for adquirido numa transação sem contraprestação) o qual compreende, o preço da compra (que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais) e qualquer custo diretamente atribuível para preparação do ativo para o uso pretendido.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- O justo valor do ativo e o justo valor do ativo cedido não possam ser fiavelmente mensurados, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

A vida útil de um ativo fixo intangível é determinada tendo em conta as taxas de depreciação estipuladas no Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, parte



integrante do SNC-AP.

A amortização de um ativo intangível não cessa quando o ativo deixa de ser usado, a menos que esteja totalmente amortizado ou esteja classificado como detido para venda.

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo intangível. A quantia escriturada do ativo intangível é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Um ativo intangível é desreconhecido na data de alienação ou quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios econômicos futuros ou potencial de serviço.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são mensurados através do método do custo e da equivalência patrimonial, conforme previsto na NCP 23.

Pelo **método da equivalência patrimonial**, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

As imparidades das contas a receber são reconhecidas quando existem indícios de que o Município poderá não receber a verba a que tem direito.



Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo.

A exigibilidade de curto prazo dos financiamentos bancários obtidos (de curto prazo e de médio e longo prazos) são classificados como passivo corrente.

Rendimentos - Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou.

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Rendimento - Transações sem contraprestação

O Município de Torres Vedras reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. É inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.



Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Transferências e subsídios

Um subsídio (ou uma transferência) só é reconhecido após existir segurança de que:

- » Serão cumpridas as condições a ele associada; e
- » O mesmo será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- » Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis, são imputados numa base sistemática a rendimentos, de forma que sejam balanceados com os gastos de depreciações inerentes aos bens financiados;
- » Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Trata-se de um passivo financeiro.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável, será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospectivos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- » Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- » É provável que seja exigido um exfluxo de recursos, incorporando benefícios económicos ou



potencial de serviço para pagar essa obrigação;

» Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos. São continuamente avaliados para determinar se um influxo ou um exfluxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e se o seu valor pode ser mensurado com fiabilidade.

Ativo contingente: é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Passivo contingente é:

(a) Uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo

da entidade; ou

(b) Uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque:

(i) Não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação; ou

(ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade.

Vendas de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando se tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso, por terceiros, de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade e a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

Benefícios dos empregados

O Município de Torres Vedras reconhece um passivo quando o empregado presta o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro, e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos



decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados.

Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições para a CGA e Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem consideradas materiais.

Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

3 - Ativos Intangíveis

Esta conta inclui os ativos sem substância física reconhecidos de acordo com os requisitos da NCP 3.

3.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis:

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro na definição das vidas úteis:

Ativos Intangíveis	Vida útil (n.º anos)
Programas de computador e sistemas de informação	de 1 a 10 anos
Outros ativos intangíveis	-

b) Métodos de amortização

O método de amortização utilizado pelo Município é o Método da Linha Reta.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício económico de 2020, o movimento ocorrido nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, encontra-se espelhado no quadro seguinte:

Unid.: Euros

Rubricas		Início do período				Final do período			
		Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	1.228.224,59	276.433,45	0,00	951.791,14	1.294.575,71	1.230.278,02	0,00	64.297,69
444	Propriedade industrial e intelectual	843,21	191,50	0,00	651,71	843,21	191,50	0,00	651,71
446	Outros	555.634,60	424.842,04	0,00	130.792,56	555.634,60	493.077,88	0,00	62.556,72
454	Ativos intangíveis em curso	227.290,96	0,00	0,00	227.290,96	255.804,61	0,00	0,00	255.804,61
Total		2.011.993,36	701.466,99	0,00	1.310.526,37	2.106.858,13	1.723.547,40	0,00	383.310,73

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os movimentos ocorridos de depreciações e amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos/Reversões de depreciação e amortização” da Demonstração de Resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

No exercício de 2020, ocorreram as variações constantes nos quadros seguintes:

➤ Variações

Unid.: Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	951.791,14	66.351,12	-899.953,17	0,00	0,00	0,00	-53.891,40	0,00	64.297,69
Propriedade industrial e intelectual	651,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651,71
Outros	130.792,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68.235,84	0,00	62.556,72
Ativos intangíveis em curso	227.290,96	28.513,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.804,61
Total	1.310.526,37	94.864,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.022.080,41	0,00	383.310,73

➤ Descriminação das Adições

Unid.: Euros

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	66.351,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.351,12
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	28.513,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.513,65
Total	0,00	94.864,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.864,77

Todas as adições se reportam a aquisições ao exterior (não são geradas internamente).

3.5 - Outras divulgações

a) Apresenta-se em anexo listagem de “Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso” (ANEXO I).

4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Aplicação da NCP 4.

Unid.: Euros

Descrição do Acordo	Concessionário	Ativo de concessão	Data do contrato	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
						Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração. Engloba ainda os postos de transformação.	18/10/2001	20 anos	-	-	-	-
Contrato de concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários no perímetro urbano da Cidade de Torres Vedras - Postes e Caixas - Lote 1	Extradireccional, Lda.	-	29/09/2020	5 anos	162.000,00	-	-	-
Contrato de concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários no perímetro urbano da Cidade de Torres Vedras - Postes e Caixas - Lote 2	J.C.Decaux (Portugal) - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.	-	29/09/2020	5 anos	112.505,00	-	-	-



5 - Ativos Fixos Tangíveis

Esta conta inclui todos os ativos reconhecidos de acordo com os requisitos da NCP 5.

5.1 - Divulgações referentes a cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

As bases de mensuração são as constantes do ponto 2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

b) Métodos de depreciação usados

A autarquia utiliza o método da linha reta no cálculo das depreciações.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Foi aplicado o Classificador Complementar 2 na determinação das vidas úteis e taxas de depreciação.

d) Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	14.510.903,92	21.488,16	0,00	14.489.415,76	11.997.378,39	0,00	0,00	11.997.378,39
Edifícios e outras construções	31.456.068,86	4.345.433,60	0,00	27.110.635,26	6.243.228,81	1.800.454,44	0,00	4.442.774,37
Infraestruturas	36.798.063,36	19.526.226,97	0,00	17.271.836,39	44.136.993,65	19.079.992,82	0,00	25.057.000,83
Patrimônio histórico, artístico e cultural	1.010.476,52	9.829,77	0,00	1.000.646,75	1.363.688,55	11.143,53	0,00	1.352.545,02
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3.641.079,46	0,00	0,00	3.641.079,46	1.650.453,69	0,00	0,00	1.650.453,69
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	122.355,16	6.114,92	0,00	116.240,24	717.255,31	369.300,75	0,00	347.954,56
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	26.840.881,56	0,00	0,00	26.840.881,56	27.616.062,41	0,00	0,00	27.616.062,41
Edifícios e outras construções	49.184.903,31	6.720.920,64	0,00	42.463.982,67	76.224.650,67	11.521.607,47	0,00	64.703.043,20
Equipamento básico	7.437.055,01	4.809.178,93	0,00	2.627.876,08	8.272.219,78	6.575.206,06	0,00	1.697.013,72
Equipamento de transporte	5.902.309,90	4.823.658,33	0,00	1.078.651,57	2.621.787,68	2.027.365,20	0,00	594.422,48
Equipamento administrativo	2.642.889,67	4.377.127,63	0,00	-1.734.237,96	2.714.050,53	2.462.126,70	0,00	251.923,83
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	901,00	206,47	0,00	694,53
Outros	4.712.304,50	2.823.298,49	0,00	1.889.006,01	4.610.580,82	3.675.748,85	0,00	934.831,97
Ativos fixos tangíveis em curso	7.707.866,93	0,00	0,00	7.707.866,93	9.986.548,26	0,00	0,00	9.986.548,26
Total	191.967.158,16	47.463.277,44	0,00	144.503.880,72	198.155.799,55	47.523.152,29	0,00	150.632.647,26



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Unid.: Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	14.489.415,76	145.047,34	-2.342.894,81	0,00	0,00	0,00	-109.939,17	-184.250,73	11.997.378,39
Edifícios e outras construções	27.110.635,26	0,00	-21.808.634,78	0,00	0,00	0,00	-419.538,89	-439.687,22	4.442.774,37
Infraestruturas	17.271.836,39	1.447.150,41	7.446.202,21	0,00	0,00	0,00	-1.098.555,82	-9.632,36	25.057.000,83
Património histórico, artístico e cultural	1.000.646,75	8.500,00	343.398,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.545,02
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3.641.079,46	2.003.243,52	-3.767.973,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-225.895,44	1.650.453,69
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	116.240,24	594.900,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-363.185,83	0,00	347.954,56
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	26.840.881,56	761.768,30	13.412,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.616.062,41
Edifícios e outras construções	42.463.982,67	689.201,89	22.510.212,45	0,00	0,00	0,00	-945.094,83	-15.258,98	64.703.043,20
Equipamento básico	2.627.876,08	778.512,51	-567.271,54	0,00	0,00	0,00	-472.643,73	-669.459,60	1.697.013,72
Equipamento de transporte	1.078.651,57	109.770,08	-473.063,14	0,00	0,00	0,00	-108.669,88	-12.266,15	594.422,48
Equipamento administrativo	-1.734.237,96	69.132,08	2.062.208,37	0,00	0,00	0,00	-145.178,66	0,00	251.923,83
Equipamentos biológicos	0,00	901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-206,47	0,00	694,53
Outros	1.889.006,01	255.041,92	-765.851,07	0,00	0,00	0,00	-324.768,17	-118.596,72	934.831,97
Ativos fixos tangíveis em curso	7.707.866,93	4.757.647,90	-2.478.966,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.986.548,26
Total	144.503.880,72	11.620.817,10	170.778,09	0,00	0,00	0,00	-3.987.781,45	-1.675.047,20	150.632.647,26



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	20.347,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,48	145.047,34
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	971.235,74	252.365,49	0,00	0,00	0,00	151.300,16	0,00	0,00	0,00	72.249,02	1.447.150,41
Património histórico, artístico e cultural	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	2.008,88	1.985.075,34	0,00	0,00	0,00	16.159,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.003.243,52
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	72.987,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	521.913,11	594.900,15
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	22.372,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	739.395,45	761.768,30
Edifícios e outras construções	3.628,32	472.547,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.974,70	0,00	20.051,21	689.201,89
Equipamento básico	0,00	778.512,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	778.512,51
Equipamento de transporte	0,00	109.770,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.770,08
Equipamento administrativo	0,00	69.132,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.132,08
Equipamentos biológicos	0,00	901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	901,00
Outros	0,00	255.041,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.041,92
Ativos fixos tangíveis em curso	11.440,23	4.735.716,11	0,00	0,00	0,00	10.491,56	0,00	0,00	0,00	0,00	4.757.647,90
Total	988.313,17	8.781.769,94	0,00	0,00	0,00	179.451,02	0,00	192.974,70	0,00	1.478.308,27	11.620.817,10



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Rubricas	Diminuições					
	Alienações	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-184.250,73	-184.250,73
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-439.687,22	-439.687,22
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.632,36	-9.632,36
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-225.895,44	-225.895,44
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.258,98	-15.258,98
Equipamento básico	-9.733,81	0,00	0,00	0,00	-659.725,79	-669.459,60
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.266,15	-12.266,15
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-118.596,72	-118.596,72
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-9.733,81	0,00	0,00	0,00	-1.665.313,39	-1.675.047,20



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

5.2 - Outras divulgações

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis registados a 31/12/2020:

Unid.: Euros

Rubricas	Compromissos contratuais
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	
Terrenos e recursos naturais	119.745,50
Edifícios e outras construções	
Infraestruturas	
Património histórico, artístico e cultural	53.537,20
Outros	
Bens de domínio público em curso	2.938.820,42
Ativos fixos em concessão	
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Infraestruturas	
Património histórico, artístico e cultural	
Ativos fixos em concessão em curso	
Outros ativos fixos tangíveis	
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	576.970,23
Equipamento básico	259.494,71
Equipamento de transporte	65.251,00
Equipamento administrativo	105.444,21
Equipamentos biológicos	
Outros	166.072,49
Ativos fixos tangíveis em curso	4.512.204,71
Total	8.797.540,47

5.6 - Outras divulgações

b) A quantia escritura bruta de ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estão em uso é a constante do mapa anexo “Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados ainda em uso” (ANEXO II).

6 - Locações

6.1 - Locações Financeiras

O Município de Torres Vedras tem em curso, na data do relato, seis contratos de locação financeira, cujos dados se apresentam no quadro seguinte:

Unid.: Euros

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes reg. Gastos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Módulos pré-fabricados e telheiro (PFL`s)	161.452,62	31.522,08	305,35	31.522,08	305,35	63.044,14	98.408,48	0,00	161.452,62	0,00	0,00
4 viaturas elétricas	16.287,70	29.022,60	33,36	72.556,46	114,68	16.287,70	0,00	0,00	16.287,70	0,00	0,00
Autocarro	48.966,78	87.273,72	1.004,07	91.910,56	3.449,63	48.966,78	0,00	0,00	48.966,78	0,00	0,00
Limpa Bermas	3.397,00	6.054,00	69,65	15.135,00	239,29	3.397,00	0,00	0,00	3.397,00	0,00	0,00
Trator	12.367,81	22.037,28	253,54	55.093,19	871,09	12.367,81	0,00	0,00	12.367,81	0,00	0,00
Retroescavadora	14.879,70	26.520,12	305,12	66.300,30	1.048,58	14.879,70	0,00	0,00	14.879,70	0,00	0,00
Total	257.351,61	202.429,80	1.971,09	332.517,59	6.028,62	158.943,13	98.408,48	0,00	257.351,61	0,00	0,00

Em todos os contratos existem cláusulas que preveem a aquisição dos ativos, no final do contrato, pelo valor residual.

6.2 – Locações Operacionais

Os dados que constam no quadro abaixo, descrevem todos os contratos de locação operacional. Em nenhum deles existem rendas contingentes a pagar, e nos acordos de locação mais significativos não existem termos de renovação nem de opções de compra.

Unid.: Euros

Rubricas	Periodo	Renovável (S/N)	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pagamentos
				Periodo		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
				Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes					
Veículos elétricos e híbridos	48 meses	N	595.253,09	112.348,15	0,00	112.348,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.904,94
Equipamento informático	36 meses	N	201.634,74	67.211,52	0,00	134.423,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.211,70
8 viaturas ligeiras de mercadorias	36 meses	N	184.008,00	44.068,82	0,00	44.068,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.939,18
Equipamentos multifuncionais	36 meses	N	32.193,77	9.836,97	0,00	14.308,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.885,45
30 computadores e de 30 monitores	12 meses	S - 1	26.628,37	13.268,04	0,00	23.163,90	0,00	3.464,47	0,00	0,00	3.464,47	3.464,47
20 computadores e de 20 monitores	12 meses	S - 2	20.310,83	6.692,01	0,00	16.822,28	0,00	3.488,55	0,00	0,00	3.488,55	3.488,55
Equipamento de franquear	36 meses	N	4.794,20	1.598,08	0,00	3.196,16	0,00	1.598,04	0,00	0,00	1.598,04	1.598,04
Total			1.064.822,99	255.023,59	0,00	348.330,67	0,00	8.551,06	0,00	0,00	8.551,06	716.492,32

S - 1 - Prorrogável até ao limite de dois anos S - 2 - Prorrogável até ao limite de três anos

7 - Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos:

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Encontra-se em anexo a esta demonstração financeira o “Mapa de Empréstimos” (ANEXO III).

8 - Propriedades de investimento

8.2 - Divulgações

a) Tal como mencionado no ponto 2.1 do presente Anexo, as propriedades de investimento detidas pelo Município são mensuradas de acordo com o modelo do custo. 8.6

- Outras divulgações - Modelo do custo

a) e b) Métodos de depreciação usados, vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

As propriedades de investimento registadas pela autarquia respeitam a terrenos e recursos naturais, ativos não sujeitos a depreciação.

c) Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período:

Unid.: Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. cambiais	Dim inuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	30.247,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.247,10
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30.247,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.247,10

Conforme consta na informação acima discriminada, ao não existirem alterações durante o ano em análise, não se apresenta a reconciliação das quantias escrituradas no início e fim do período de relato.

9 - Imparidades de ativos

9.1 - Divulgações gerais

Imparidades podem-se definir como perdas de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além das perdas inerentes às depreciações ou amortizações.

Os ativos geradores de caixa são ativos detidos para gerarem retorno económico, ou seja, pretende-se, com a sua detenção, gerar influxos de caixa.

9.2, 9.3, 9.5 e 9.6 - Divulgações específicas

As imparidades de ativos reconhecidas à data de 31/12/2020 são as que se encontram espelhadas no quadro que se segue.

Reportam-se a:

» Clientes, contribuintes e utentes:

- Dívida de J. Morgado & L. Santos, referente à nossa fatura n.º 117/2012 (€196.381,02);
- Dívida de Ângelo Custódio Rodrigues, SA, referente à nossa fatura n.º 178/2018 (€31.860,40);
- Dívida de Caracol & Filhos, referente à Processo LT27/2001 (€387.558,45);
- Dívida de rendas de habitações sociais, outros edifícios e terrenos (€65.736,06);
- Dívida de resíduos sólidos (€127.586,40);
- Dívida de ocupações em mercados e feiras (€14.443,99)

» Outras contas a receber:

- Dívida da Sotopal, referente à nossa fatura n.º 109/2014 (€608,00);
- Dívida de Ana Isabel Osório Guerra, referente à nossa fatura n.º 75/2019 (€13,70);
- Dívida do Novo Banco, referente à nossa fatura n.º 19/2018 (€3.028,80);
- Dívida de Fernando Manuel Osório Guerra, referente à nossa fatura n.º 74/2019 (€458,18);
- Dívida de Gil Policarpo Crispim, referente à nossa fatura n.º 102/2012 (1.080,00);
- Dívida de Margarida Batista Bruno Teixeira, referente às nossas faturas n.º 121 e 187/2014 (€6.389,26);
- Dívida da Manobra Positiva, Lda., referente à nossa fatura n.º 98/2015 (€2.640,00);
- Dívida da Outdoors Low Cost, Lda., referente à nossa fatura n.º 99/2015 (€2.314,00);
- Dívida do Partido Comunista, referente à nossa fatura n.º 206/2015 (€61,52);
- Dívida de Carlos Duarte Fernandes Viana, referente à nossa fatura n.º 103/2017 (€573,75);
- Dívida de Armindo José Fernandes Viana, referente à nossa fatura n.º 104/2017 (€573,75);
- Dívida da Gareal, Lda., referente à nossa fatura n.º 109/2019 (€1.000,00);
- Dívida da CCAM, referente à nossa fatura n.º 177/2017 (€10.000,00);
- Dívida de Mundicenter II, S.A., referente à nossa fatura n.º 176/2019 (€2.460,00);
- Dívida de Gonçalo Filipe Roda, referente às nossas faturas n.º 2 e 3/2020 (€880,67);
- Outras dívidas (€1.107,50).

Unid.: Euros

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade acumuladas períodos anteriores	Perdas por imparidade ano corrente	Perdas por imparidade acumuladas a 31/12/2020	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	9.941.737,37	0,00	0,00	0,00	0,00	9.941.737,37
Clientes, contribuintes e utentes	3.901.294,10	804.166,73	19.399,59	823.566,32	0,00	3.077.727,78
Fornecedores	16.837,48	0,00	0,00	0,00	0,00	16.837,48
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	15.292.313,53	20.164,72	13.024,41	33.189,13	0,00	15.259.124,40
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	629.317,08	0,00	0,00	0,00	0,00	629.317,08
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	5.197.362,08	0,00	0,00	0,00	0,00	5.197.362,08
Propriedades de investimento	30.247,10	0,00	0,00	0,00	0,00	30.247,10
Ativos fixos tangíveis	186.518.797,60	0,00	0,00	0,00	0,00	186.518.797,60
Ativos intangíveis	1.851.053,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.851.053,52
Investimentos em curso	11.892.806,56	0,00	0,00	0,00	0,00	11.892.806,56
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	235.271.766,42	824.331,45	32.424,00	856.755,45	0,00	234.415.010,97

10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 - custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período:

Unid.: Euros

Rubricas	Inventário a 31/12/2019	Compras	Consumos	Reclassificações e Regularizações	Perdas por Imparidade	Inventário a 31/12/2020
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	538.187,00	2.127.820,36	-2.076.684,06	39.993,78	0,00	629.317,08
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	538.187,00	2.127.820,36	-2.076.684,06	39.993,78	0,00	629.317,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						2.076.684,06
Variações nos inventários da produção						0,00

13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam, para a entidade, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
71	Vendas					
711	Mercadorias	9.514,31	0,00	0,00	0,00	0,00
712	Eletricidade	9.460,42	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
720302	Resíduos Sólidos	1.339.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00
720304	Trabalhos por Conta de Particulares	14.449,56	0,00	0,00	0,00	0,00
7203091	Senhas de refeições escolares	222.913,51	0,00	0,00	0,00	0,00
720309201	Serviço Apoio Família	351.686,01	0,00	0,00	0,00	0,00
720309202	Programa Tempo de Férias	176,04	0,00	0,00	0,00	0,00
7203093	Habitação Social	25.362,29	0,00	0,00	0,00	0,00
720310	Serviços Recreativos	479,09	0,00	0,00	0,00	0,00
720311	Serviços Culturais	5.930,29	0,00	0,00	0,00	0,00
720312	Serviços Desporto	4.952,50	0,00	0,00	0,00	0,00
720399	Outros	12.200,22	0,00	0,00	0,00	0,00
7211	Aluguer de equipamentos	1.037,20	0,00	0,00	0,00	0,00
7213	Reparações	14.407,10	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	-8,80	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
7812	Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	74.151,79	0,00	0,00	0,00	0,00
7819	Outros rendimentos suplementares	26.175,66	0,00	0,00	0,00	0,00
78712	Alienações de ativos fixos tangíveis	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787312	Rendas concessão infraestruturas à EDP	2.591.334,52	0,00	0,00	0,00	0,00
787319	Outros rendimentos em investimentos não financeiros	8.692,62	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	37.936,95	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	44.272,69	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
791	Juros obtidos	168,28	0,00	0,00	0,00	0,00
792	Dividendos obtidos	51.334,31	0,00	0,00	0,00	0,00
799	Outros rendimentos similares	30,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		4.861.527,31	0,00	0,00	0,00	0,00

14 – Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 - Divulgações

a) Os principais rendimentos de transações sem contraprestação são, para o Município de Torres Vedras, os Impostos e as Transferências e subsídios obtidos, tal como se pode verificar no quadro que se segue:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701	Impostos Diretos					
70103	Derrama	2.776.018,30	0,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	12.182.788,88	0,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação (IUC)	2.173.432,66	0,00	0,00	0,00	0,00
702	Impostos Indiretos					
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1.339.739,78	0,00	0,00	0,00	0,00
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	6.429.108,28	0,00	0,00	0,00	0,00
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	583.920,25	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	191.666,96	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111	Estado	19.279.978,93	0,00	0,00	0,00	0,00
75112	Serviços e Fundos Autónomos	227.892,62	0,00	0,00	0,00	0,00
75113	Administração Local	78,17	0,00	0,00	0,00	0,00
75119	Outras entidades	13.911,25	0,00	0,00	0,00	0,00
7514	Resto do Mundo	119.985,94	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	3,45	0,00	0,00	0,00	0,00
785	Rend.entidades control., assoc. e empreend. Conj.- aplicação MEP	21.636,46	0,00	0,00	0,00	0,00
787311	Rendas de parques eólicos	569.708,87				
Total		45.909.870,80	0,00	0,00	0,00	0,00

b) A quantia de contas a receber reconhecidas relacionadas com rendimentos sem contraprestação são:

Unid.: Euros

	Valor
Estado - Protocolos:	
DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	1.539,13
Outros (Estado) - COM Condições:	
Agência Portuguesa do Ambiente I.P.	150.000,00
Fundos Comunitários:	
FEDER	7.208.296,74
Fundo de Coesão	55.639,47
Fundos Comunitários - FEAMP	166.184,03
Fundos Comunitários - Outros	10.538,00
Total	7.592.197,37

c) A quantia de passivos reconhecidos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições são:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros	
Descrição	Valor
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	
ERASMUS - Projeto Moinhos	346.855,80
Fundo Ambiental - Corredor Ecológico Sizandro Conquinha	230.000,00
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	
Estado	
Requalificação e Modernização instalações EB 2,3 Freiria	3.000.000,00
Centro Interpretativo Reserva Natural Local Foz Azul	107.204,58
Resto do Mundo	
PMHS - Núcleo C - 2ª fase (FEDER)	165.358,16
PMHS - Núcleo D - 2ª fase (FEDER)	93.766,54
PMHS - Núcleo E+F - 2ª fase (FEDER)	506.962,95
Reabilitação e reconversão antigo matadouro municipal - CAC (FEDER)	2.636.438,22
Reabilitação espaço público env. Bairros Floresta, Reis e Barreto (FEDER)	475.878,82
Porta Bairro (FEDER)	328.973,27
Somos Comunidade (FEDER)	232.167,31
Polo Social e Cultural (FEDER)	591.811,07
Oeste Digital 3.0 (FEDER)	154.734,00
Escola Básica Póvoa Penafirme (FEDER)	1.494.004,13
Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade	146.432,73
Rede de Percursos Pedonais de Torres Vedras (PEDU)	166.630,66
Construção do CE do Turcifal (PACTO)	1.536.798,68
Paragens de Chegada e Confluência - Fase 2 - Terminal Rodoviário	428.817,06
Acessibilidade inclusiva na Praça 25 de abril	200.000,00
Requalificação do Miradouro Meia Laranja	318.237,03
Sistemas de informação rodoviária em tempo real	421.639,70
Núcleo de incubação social, artística e empresarial	537.430,57
Construção da EB1/JI de S. Pedro da Cadeira (PACTO)	160.551,14
Total	14.280.692,42

f) Os montantes de €346.855,80 e €230.000,00 identificados no quadro acima enquanto transferências e subsídios correntes obtidos com condições, foram recebidos sem que a despesa ainda tivesse sido efetuada.

15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 e 15.2 - Divulgações para cada classe de provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Torres Vedras, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para o



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

montante total de €225.000,00, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Tais processos são:

- Processo n.º 1239/12.1BELSB referente a ação administrativa interposta por Paulo Jorge Gomes Namora contra o Município, sendo também contrainteressados a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a CCDRLVT (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) e o INAG (Instituto Nacional da Água), no valor de €175.000,00, correspondendo a uma quarta parte dos danos alegadamente sofridos no montante total de €700.000,00.

- Processo n.º 728/12.2BELSB referente a ação administrativa comum interposta por Fernando Pedro Bragança Henriques, no valor de €50.000,00, correspondendo a pedido de indemnização por responsabilidade extracontratual.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município, uma vez que, de acordo com informação da Área Jurídica do município, não é expectável o seu pagamento ou não é possível mensurar o montante da indemnização com fiabilidade.

Unid.: Euros

Provisões	Saldo inicial a 31/12/2019	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final a 31/12/2020
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	227.522,30	0,00	-2.522,30	0,00	225.000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	227.522,30	0,00	-2.522,30	0,00	225.000,00

15.3 - Passivos contingentes

Elencam-se os passivos contingentes para os quais não existem expectativas de exfluxos financeiros:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

N.º Processo	Réu	Montante estimado da ação
Proc.º 1481/10.0BELSB	MTV e CCDD LVT	126.074,27
Ação popular n.º 81/12.4TBND	MTV, Carlos Miguel e Carlos Bernardes	178.800,00
Proc.º 2950/16.3BELSB	MTV	5.142,00
Proc.º 683/16.0BELSB	MTV	1.800,00
Proc.º 442/19.8BELSB	MTV	603,73
Proc.º 1926/20.0T8TVD	MTV	9.467,61
Total		321.887,61

17 – Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 7 de junho de 2021 pela Presidente da Câmara Municipal.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18 – Instrumentos financeiros

A NCP 18 prevê que a mensuração inicial dos ativos e dos passivos financeiros, aquando do seu reconhecimento, deve ser feita pelo justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado.

À data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são as que constam em detalhe no quadro seguinte:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Ativos e passivos financeiros	Quantia escriturada inicial	Perdas por imparidade	Quantia escriturada final
Ativos Financeiros			
Clientes, contribuintes e utentes	3.901.294,10	823.566,32	3.077.727,78
Estado e outros entes públicos	168.937,36	0,00	168.937,36
Outas contas a receber	15.309.151,01	33.189,13	15.275.961,88
Caixa e depósitos	7.362.315,27	0,00	7.362.315,27
Total	26.741.697,74	856.755,45	25.884.942,29
Passivos Financeiros			
Fornecedores	340.332,08	0,00	340.332,08
Estado e outros entes públicos	532.078,06	0,00	532.078,06
Fornecedores de investimento	425.744,12	0,00	425.744,12
Outras contas a pagar	2.942.454,42	0,00	2.942.454,42
Total	4.240.608,68	0,00	4.240.608,68

20 – Divulgações de partes relacionadas

20.1 - Divulgação de controlo

➤ Entidades Controladas:

Entidades Controladas	% de Participação	Sede
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Torres Vedras	100%	Av.ª 5 de Outubro, n.º 26 Edifício Multiserviços 2560-270 Torres Vedras
Promotorres, EM	100%	Av.ª Tenente João Luís de Moura Edifício Mercado Municipal Loja A 2560-273



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

➤ Entidades relacionadas:

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de participação	
		31/12/2020	31/12/2019
Promotorres, EM	Av. ^a Tenente João Luís de Moura Edifício Mercado Municipal Loja A 2560-273 Torres Vedras	100,00%	100,00%
Serviços municipalizados Água e Saneamento Torres Vedras	Av. ^a 5 de Outubro, n.º 26 Edifício Multiserviços 2560-270 Torres Vedras	100,00%	100,00%
CAERO	Rua António Leal D'Ascensão 2560-309 Torres Vedras	20,00%	20,00%
SEFO	Rua da Liberdade, n.º 4 Hilarião 2560-374 Torres Vedras	29,41%	29,41%

20.2 e 20.3 - Divulgação de transações entre partes relacionadas

Unid.: Euros

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Promotorres, EM	Fornecedor	Fornecimentos e Serviços Externos	299.814,86	2,48%	6.573,46
Promotorres, EM	Fornecedor	Transferências Concedidas	345.000,00	1,76%	
Promotorres, EM	Fornecedor	Subsídios	37.062,63	0,19%	
Promotorres, EM	Cliente	Vendas/Prestação de Serviços	5.276,13	0,26%	137.911,36
SMAS	Fornecedor	Fornecimentos e Serviços Externos	523.833,45	4,33%	62.870,65
SMAS	Cliente	Vendas/Prestação de Serviços	34.781,30	1,73%	
Total			1.245.768,37		207.355,47

23 - Outras divulgações

Enumeram-se de seguida, alguns comentários considerados relevantes:

- Devedores por acréscimos de rendimentos

O montante apurado referente a rendimentos de 2020 cuja arrecadação ocorrerá em períodos subsequentes ao do relato foi de €1.399.397,69, cuja desagregação consta no quadro seguinte:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Acréscimos de rendimentos	31/12/2020
Juros a receber depósitos bancários	55,77
Juros a receber juros de mora	3.937,35
Juros a receber Juros compensatórios	1.740,33
ICNF - Gabinete Florestal	4.659,66
DGESTE - Pessoal não docente	1.032.321,46
IFAP - Fruta Escolar	12.604,74
IEFP	2.658,96
Serviços Desportivos	4.678,56
Senhas Refeitórios Escolares	73.754,20
Comparticipação Serviço Apoio à Família	100.723,46
Rendas de parques eólicos	129.461,58
Rendas parque campismo	10.070,45
Outros acréscimos de rendimentos	22.731,17
Total	1.399.397,69

- Credores por acréscimos de gastos

O apuramento de gastos referentes a 2020 cujo pagamento ocorrerá em períodos seguintes foi de €2.734.070,38. A sua discriminação é a seguinte:

Unid.: Euros

Acréscimos de gastos	31/12/2020
Remunerações a liquidar	1.964.559,24
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	5.775,04
Seguros a liquidar	9,78
Encargos sobre remunerações a liquidar	459.078,28
Apoio/Delegações/Transferências a liquidar	2.020,16
Fornecimentos e serviços	300.936,13
TRH/TGR/Res. Sólidos	390,60
Outros acréscimos de gastos	1.301,15
Total	2.734.070,38

- Movimentos ocorridos no Património

Em 2020 ocorreram movimentos nas contas da classe 5 - Património cujo resumo é apresentado no quadro seguinte:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2020

Unid.: Euros

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Património/capital	30.198.891,25	1.795.000,00	0,00	31.993.891,25
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	5.275.665,90	270.000,00	0,00	5.545.665,90
Reservas livres	17.557.277,85	0,00	0,00	17.557.277,85
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados				
De períodos anteriores	21.740.943,00	3.308.300,57	39.033,24	25.010.210,33
Regularizações	3.956.760,71	601.120,36	642.727,75	3.915.153,32
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0,00	17.604.060,72	2.547.623,66	15.056.437,06
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial	0,00	529.330,03	43.710,15	485.619,88
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	337.769,68	0,00	337.769,68	0,00
Outras variações no património líquido				
Transferências e subsídios de capital	30.692.242,56	5.156.694,21	850.046,46	34.998.890,31
Doações obtidas	14.340.590,66	179.451,02	0,00	14.520.041,68
Transferência de ativos	3.271.805,00	0,00	0,00	3.271.805,00
Outras variações do património líquido	5.753.103,17	0,00	0,00	5.753.103,17
Resultado Líquido do período	5.371.626,26	2.110.859,27	5.371.626,26	2.110.859,27
Total	138.496.676,04	31.554.816,18	9.832.537,20	160.218.955,02

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Torres Vedras ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.